

METRÓPOLE E ARQUITETURA: O edifício habitacional vertical no Recife, 1950-1965

METRÓPOLIS Y ARQUITECTURA: EL EDIFICIO DE VIVIENDAS VERTICAL EM RECIFE, 1950 - 1965

METROPOLIS AND ARCHITECTURE: THE VERTICAL HOUSING BUILDING IN RECIFE, 1950 – 1965

LAPROVITERA, ENIO

Doutor, UFPE, eniolaprovitera@uol.com.br

MOREIRA, FERNANDO DINIZ

Doutor, UFPE, fernando.diniz.moreira@gmail.com

FERRAZ, BRUNO

Doutorando, ULisboa, bferraz@hotmail.com

RESUMO

A condição de metrópole que a cidade do Recife alcança a partir dos anos 1950 se expressa numa nova materialidade espacial onde o edifício em altura aparece como protagonista. Esse processo coincide com a consolidação da profissão de arquiteto e a invenção de um novo programa habitacional: o edifício residencial vertical. O novo programa vai adquirir a configuração do edifício torre com base de uso cultural, comercial ou de lazer a depender de estar localizado no centro da cidade ou nas novas áreas de expansão urbana. A materialidade desse novo tipo edilício expressará a diversidade social característica do ambiente de metrópole fazendo coabitar num mesmo edifício grupos sociais com características familiares distintas expressas em diversas tipologias habitacionais. Para além das análises formalísticas da estética dos edifícios, o artigo procura identificar pelo menos três tipos: o edifício torre com base de uso cultural; o edifício torre com base comercial; e, o edifício torre com base destinada ao lazer dos moradores. Caracterizam-se também os principais traços tipológicos, o que incluiu não só os aspectos volumétricos, mas também a análise do programa arquitetônico e dos arranjos tipológicos das plantas dos andares. Essa nova arquitetura aparece nas principais metrópoles brasileiras a partir dos anos 1940 e 1950 e traz para nossa realidade um modelo de edifício vertical que, por sua inserção urbana e uso do térreo para comércio, estará mais próximo do modelo americano preconizado por Louis Sullivan do que propriamente a Unidade de Habitação de Le Corbusier.

PALAVRAS-CHAVE: edifício vertical; habitação multifamiliar; metrópole.

RESUMEN

La condición de metrópoli que la ciudad de Recife alcanzó a partir de la década de 1950 se expresa en una nueva materialidad espacial donde el edificio alto aparece como protagonista. Este proceso coincide con la consolidación de la profesión arquitectónica y la invención de un nuevo programa habitacional: la edificación residencial vertical. El nuevo programa adquirirá la configuración del edificio torre en función de un uso cultural, comercial o de ocio según se ubique en el centro de la ciudad o en nuevas zonas de expansión urbana. La materialidad de este nuevo tipo de edificio expresará la diversidad social característica del entorno metropolitano, haciendo que en un mismo edificio convivan grupos sociales con diferentes características familiares expresadas en diferentes tipologías de vivienda. Además de los análisis formalistas de la estética de los edificios, el artículo busca identificar al menos tres tipos: la edificación torre basada en un uso cultural; el edificio torre con base comercial; y, el edificio torre con base destinada al ocio de los residentes. También se caracterizan los principales rasgos tipológicos, que incluyeron no sólo los aspectos volumétricos sino también el análisis del programa arquitectónico y la disposición tipológica de las plantas. Esta nueva arquitectura aparece en las principales metrópolis brasileñas a partir de las décadas de 1940 y 1950 y trae a nuestra realidad un modelo de edificación vertical que, por su inserción urbana y uso de la planta baja para el comercio, se acercará más al modelo americano preconizado por Louis Sullivan que propiamente la Unidad de Vivienda de Le Corbusier.

PALABRAS CLAVES: edificación vertical; vivienda multifamiliar; metrópoli.

ABSTRACT

The metropolis status that the city of Recife achieved from the 1950s onwards is expressed in a new spatial materiality where the tall building appears as the protagonist. This process coincides with the consolidation of the architectural profession and the invention of a new housing program: the vertical residential building. The new program will acquire the configuration of the tower building based on cultural, commercial or leisure use depending on whether it is located in the city center or in new areas of urban expansion. The materiality of this new building type will express the social diversity characteristic of the metropolis environment, making social groups with different family characteristics expressed in different housing typologies cohabit in the same building. In addition to formalistic analyzes of the aesthetics of buildings, the article seeks to identify at least three types: the tower building based on cultural use; the tower building with a commercial base; and the tower building with a base intended for the leisure of residents. The study also characterizes the main typological features, which included not only the volumetric aspects but also the analysis of the architectural program and the typological arrangements of the floor plans. This new architecture appears in the main Brazilian metropolises from the 1940s and 1950s onwards and brings to our reality a vertical building model that, due to its urban insertion and use of the ground floor for commerce, will be closer to the American style advocated by Louis Sullivan than properly Le Corbusier's Unité d'Habitation (Housing Unit).

KEYWORDS: vertical Building; multifamiliar housing, metropolis.

Recebido em: 24/01/2024

Aceito em: 27/01/2025

1 SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa tem com recorte empírico temporal os anos de 1950 a 1965, período no qual ocorre a consolidação da arquitetura vertical moderna em Recife. Procura-se evidenciar que nesse período a cidade do Recife adquire uma nova imagem urbana e arquitetônica no momento mesmo em que alcança o *status* de metrópole. Nesse processo, o edifício vertical modernista, e o profissional arquiteto, vão se transformar nos ícones da modernização da cidade. Esse fenômeno ocorreu na região central da cidade e nas áreas adjacentes de expansão urbana. Por essa razão, a observação concentrou-se na área central da cidade e na zona sul de expansão urbana aqui representada pelo bairro de Boa Viagem. Nesse processo, foram identificados, documentados e analisados diversos exemplares do edifício vertical modernista procurando identificar pelo menos três tipos: o edifício torre com base de uso cultural; o edifício torre com base comercial; e o edifício torre com base destinada ao lazer dos moradores. Nessa classificação, procurou-se identificar os principais traços tipológicos, o que incluiu não só os aspectos volumétricos, mas também a análise do programa arquitetônico e dos arranjos tipológicos das plantas dos andares. A pesquisa obedeceu, então, às seguintes fases e procedimentos: 1) identificação dos territórios e exemplos arquitetônicos emblemáticos; 2) pesquisa e fotografia *in loco* dos edifícios; 3) fotografia das pranchas dos projetos originais nos arquivos da Prefeitura da Cidade do Recife; 4) digitalização das pranchas fotografadas transformando-as em arquivos DWG; e, por fim, realizou-se 5) a análise tipológica dos projetos.

2 INTRODUÇÃO

O processo de metropolização das cidades brasileiras, como aponta Souza (1994), conhece dois aspectos básicos. O primeiro processo, conhecido como *adensamento*, vai se expressar na formação de periferias e no aumento considerável da área construída, configurando, nesse primeiro momento, uma expansão horizontal da cidade. Num segundo momento, e em paralelo ao adensamento da cidade, ocorre um processo de *verticalização*, que a autora vai identificar como sendo ao mesmo tempo “signo e significante” da metropolização. Esse processo vai configurar uma “fisionomia e fluidez” muito particular às metrópoles modernas brasileiras, constituindo, a verticalização — e para citar o título do trabalho de Souza (1994) —, a própria “Identidade da Metrópole”.

Esses processos se evidenciam na cidade do Recife sobretudo a partir dos anos 1950, quando o território da cidade, como aponta Pontual (2001), vai se caracterizar como uma única mancha urbana conectando o centro à periferia da cidade. Nessa grande mancha urbana de características metropolitanas, destaca-se, nesse primeiro momento, como locus privilegiado da verticalização, o centro da cidade, em especial as áreas dos bairros de Santo Antônio e Boa Vista em torno das avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista.

Essa nova identidade da cidade, recém-adensada e verticalizada, envolve também uma crescente diversidade social, comercial e profissional, que vai buscar abrigo em novos tipos edifícios e morfológicos constitutivos da materialidade da metrópole.

Dentre essas novas tipologias, destaca-se o edifício vertical residencial e comercial, que será a partir de então uma encomenda constante na agenda dos arquitetos pernambucanos, cuja profissão ganha novos contornos justamente a partir dos anos de 1950, pois, em 1951 funda-se o Departamento Pernambucano do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-PE, e, em 1959, o curso de arquitetura sai da Escola de Belas Artes do Recife ao se criar a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, mais adiante Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

A própria condição de metrópole regional que Recife adquire nesse período — situação, aliás, descrita no estudo de Antônio Bezerra Baltar de 1951 — atrairá importantes arquitetos que estão na origem do que hoje se chama Escola Pernambucana de Arquitetura: Mario Russo vem da Itália em 1949, Delfim Amorim, de Portugal em 1951; e Acácio Gil Borsoi, do Rio de Janeiro também em 1950.

É, pois, no decorrer da consolidação dessa nova condição da profissão de arquiteto no Recife que irá se formar a nova imagem edilícia da cidade, ficando os arquitetos responsáveis pela elaboração tanto da materialidade dos edifícios quanto de um novo arcabouço legislativo que irá definir a um só tempo o edifício e o espaço público, haja vista a participação dos arquitetos nas comissões de urbanismo responsáveis pelas legislações de 1953 e 1961, que conferem ao Recife uma nova identidade.

Na verdade, surgem, nesse período, uma nova tipologia arquitetônica e um novo programa habitacional então em elaboração nas pranchetas dos arquitetos recifenses: o edifício vertical multifamiliar.

Essa tipologia, como veremos, adquirirá a configuração de um edifício torre com base de uso cultural, comercial ou de lazer a depender do local da sua implantação, no centro da cidade ou nos subúrbios. Trata-se de um novo programa habitacional que trará para os arquitetos o desafio de justapor usos dentro de uma configuração vertical e também de agrupar grupos sociais com configurações de apartamentos distintos, sendo comum encontrarmos tipologias de 1, 2 e 3 quartos num mesmo pavimento.

Desta forma, tanto a planta do apartamento quanto a configuração do pavimento, ao agrupar tipos diversos, expressaram as distinções, códigos e barreiras sociais da sociedade da época, em especial através de uma rígida separação entre áreas sociais e de serviço e uma clara distinção hierárquica entre apartamentos de grupos sociais diferentes. O novo morar vertical, ao se destinar a grupos distintos, no mais das vezes inseridos numa primeira experiência de morar coletivo, imprimirá através da arquitetura uma dialética entre a necessidade de privacidade e as novas oportunidades de sociabilização, dilema esse, aliás, característico do ambiente de metrópole.

3 A NOVA TIPOLOGIA HABITACIONAL: O EDIFÍCIO TORRE DE BASE DE USO CULTURAL, COMERCIAL OU DESTINADO AO LAZER DOS MORADORES

Olhando o conjunto da produção habitacional vertical dos anos 1950 a 1965, percebe-se uma transição dos primeiros edifícios ainda de linguagem histórica para uma arquitetura de traçado mais puro, indo do protorracionalismo para uma configuração tipicamente modernista, que nesse primeiro momento apresenta volumes prismáticos bem definidos.

Nota-se uma grande invenção ao nível do programa e da tipologia arquitetônica, tanto no que se refere ao arranjo de planta — agrupando, num mesmo andar, e de diversas formas, apartamentos kitchenette, 1, 2 e 3 quartos — como na definição do programa do andar térreo, que, a depender de estar situado no consolidado centro da cidade ou em novas áreas de expansão urbana, adquirirá diversos usos, como cinema, teatro, restaurante, minimercado e lojas com ou sem galerias passagem.

Esses volumes prismáticos bem definidos se apoiam em plantas de construção retilínea, sem recortes ou reentrâncias, e possuem vãos e modulação ainda modestos se comparados com os progressos que virão nas décadas seguintes. Chama atenção também certa economia nas áreas de circulação comum, sobretudo em programas de vários apartamentos por andar, demonstrando uma sintonia com o ideário da habitação mínima e com o emergente mercado imobiliário.

Assim, as experiências realizadas demonstram um sistemático trabalho dos arquitetos da época em elaborar um novo tipo de moradia para usuários imersos numa primeira experiência do morar coletivo no edifício vertical modernista.

As alterações na tipologia do edifício não ocorriam apenas nos volumes verticais e nas plantas dos apartamentos e andares. Ocorre, também nesse período, uma redefinição do que funcionará como a base da torre vertical dos apartamentos: encontraremos usos comerciais abertos para a cidade ou, sob forma de pilotis, um térreo elevado destinado ao lazer dos moradores.

Nos edifícios do centro da cidade, essa base apresenta invariavelmente uso comercial com lojas e mesmo cinema, como é o caso do Edifício Duarte Coelho, projeto de Américo Campelo, de 1953.

O projeto compreende uma quadra inteira fazendo esquina com a Rua da Aurora, que margeia o Rio Capibaribe e a Avenida Conde da Boa Vista, principal artéria viária e comercial do Bairro da Boa Vista. O acesso social para o foyer do tradicional Cinema São Luiz se faz pela avenida que margeia o rio, sendo que as lojas foram localizadas para o eixo comercial da Avenida Conde da Boa Vista. O acesso para os apartamentos foi direcionado para a Rua da União, pois de tráfego menos intenso e interligada à Praça Machado de Assis.

Na zona sul, especialmente no bairro de Boa Viagem, a base de uso cultural e comercial aparece de forma pontual e nas situações onde foi necessário prover, além dos moradores, um bairro que ainda não dispunha de comércio e serviços consolidados. Esse é o caso do Edifício Califórnia, projeto de Acácio Gil Borsoi, de 1953, onde encontramos lojas no térreo e, no mezanino, um cineteatro, além da torre com apartamentos de diversas tipologias.

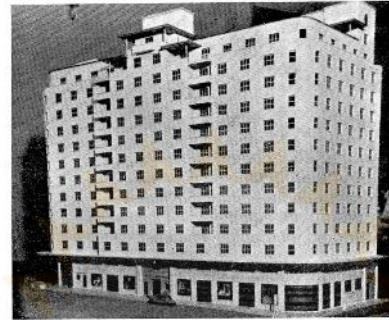
Ainda em Boa Viagem, temos também o Edifício Holiday, de autoria de Joaquim Rodrigues, de 1956, que apresenta apartamentos kitchenettes e outros com dois quartos, sendo que no térreo traz usos como lojas, restaurante e minimercado.

Figura 1: Edif. Duarte Coelho (1953). Proj. Américo Campello.



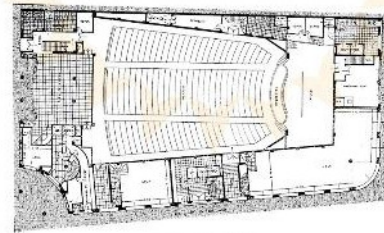
Fonte: Bruno Ferraz, in Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 2: Edif. Duarte Coelho (1953).
Térreo com cinemas e lojas – Proj. Américo Campello.



EDIFÍCIO DUARTE COELHO — Recife — Pernambuco

AMÉRICO R. CAMPELLO
ARQUITETO



PLANTA DO 1º ANDAR

ACRÓPOLE 259

Fonte: Revista Acrópole¹. FEB 1950, ANO 12, N° 142.
<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/142/17>

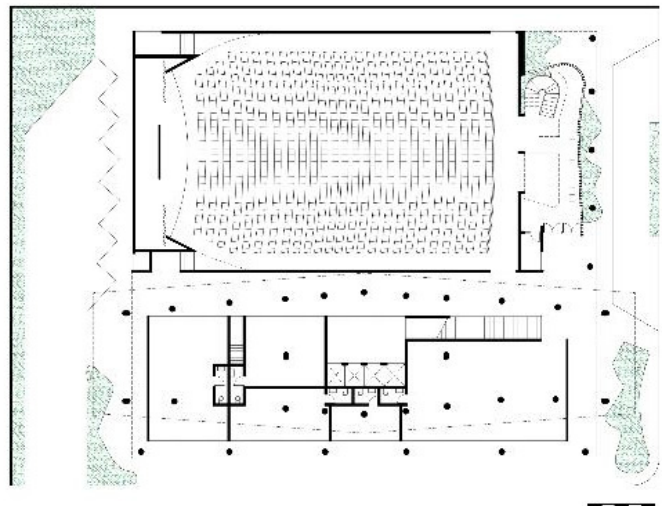
Figura 3: Edif. Califórnia (1953).



Fonte: Bruno Ferraz, in Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 4: Edif. Califórnia (1953).

Térreo e sobreloja com cinema e lojas – Proj. Acácio Gil Borsoi.



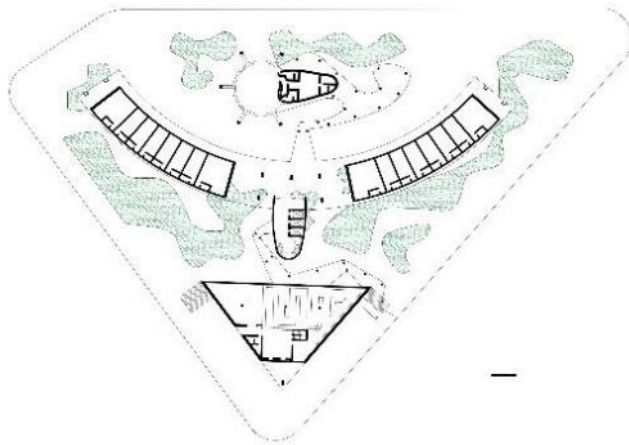
Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 5: Edif. Holiday (1956).



Fonte: Bruno Ferraz, in Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 6: Edif. Holiday (1956). Térreo com minimercado, restaurante e lojas – Proj. Joaquim Rodrigues.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

No centro da cidade, o padrão será uso comercial no térreo com lojas voltadas para as ruas e avenidas e, em alguns casos, galeria interna de passagem, numa forma de ampliação da área comercial da cidade. Nos andares superiores, os usos são comerciais ou habitacionais.

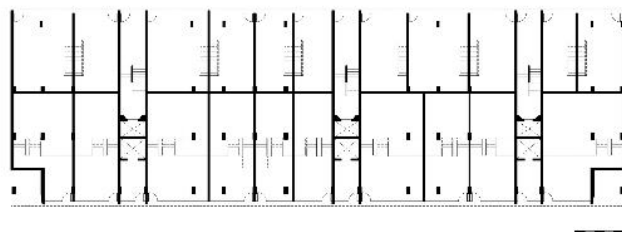
No bairro da Boa Vista, temos por exemplo o Edifício Almirante Barroso, de 1963, projetado por Delfim Amorim e Lúcio Estelita, que apresenta lojas no térreo e escritórios na sobreloja, e nos pavimentos superiores, habitação. Trata-se de um empreendimento que integra três usos justapostos numa proposta de habitação vertical com base comercial voltada para a Rua do Riachuelo. É visível a preocupação com o uso econômico e racional das áreas comuns, inclusive na objetividade do acesso no térreo, onde inexistente uma *hall-recepção* nas proporções que veremos no Edifício Walfrido Antunes. Isto representa uma economia e estratégia construtiva e mercadológica, expressando também um tipo de acesso à moradia ainda estreitamente ligado à rua, pois desprovido de espaço para guaritas e recepções de controle e estar, fato que trazia economias de custos condominiais particularmente importante para uma população numa primeira experiência de morar em condomínio vertical.

Figura 7: Edif. Almirante Barroso (1963).



Fonte: Bruno Ferraz, in Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 8: Edif. Almirante Barroso (1963). Térreo e sobreloja com lojas e escritórios - Proj. Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Digitalização: Adeilton Feitosa.

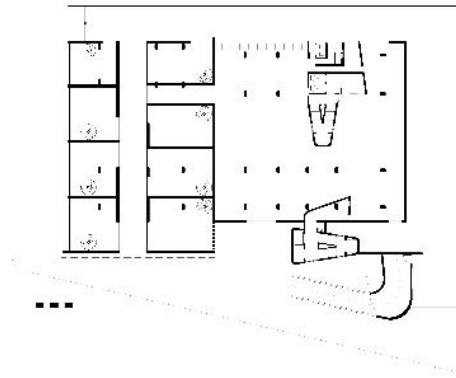
Já o Edifício Walfrido Antunes, de 1956, projeto de Waldecy Pinto, apresenta no térreo e sobreloja uso comercial com lojas organizadas ao longo de uma galeria passagem ligando a Rua Gervásio Pires à Rua do Riachuelo. Apresenta também no andar térreo um amplo *hall* de recepção com mezanino destinados aos moradores, característica que se difundirá nos edifícios residenciais das décadas seguintes. Sua monumentalidade expressa também uma tipologia de apartamento maior e com mais cômodos se comparada com os exemplos habitacionais do entorno da Av. Conde da Boa Vista e Av. Guararapes.

Figura 9: Edif. Walfrido Antunes (1956).



Fonte: Bruno Ferraz, in Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 10: Edif. Walfrido Antunes (1956).
Térreo e sobreloja com lojas - Proj. Waldecy Pinto.



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021).
Digitalização: Adeilton Feitosa.

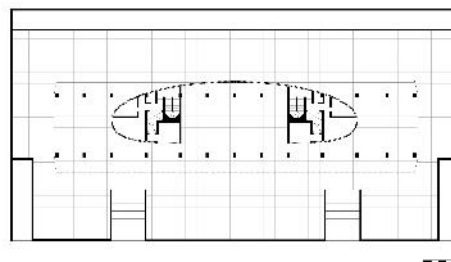
Todavia, no Recife, o modelo hegemônico do edifício residencial que se difundirá na zona norte e sul da cidade, pela tipologia e uso do térreo, pode ser representado pelo Edifício Acaiaca, de 1963, projetado por Delfim Amorim e Lúcio Estelita, na medida em que apresenta um térreo elevado a meio pavimento como forma de abrigar a garagem privativa no semienterrado, mas, principalmente, por destinar todo o térreo ao lazer dos moradores — nessa época, ainda não havia controle no limite da rua (guarita), embora o prédio já possuísse controle social interno, tendo inclusive instalações para funcionário do condomínio.

Figura 11: Edif. Acaiaca (1963).



Fonte: Rafah Meireles, 2023.²

Figura 12: Edif. Acaiaca (1963).
Térreo elevado com *playground* dos moradores -
Proj. Delfim Amorim e Lúcio Estelita.

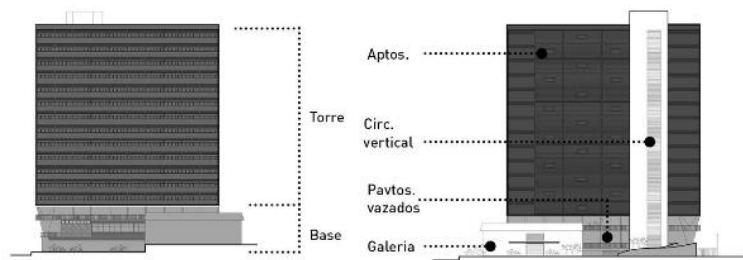


Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando;
LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Não obstante essas particularidades do uso do andar térreo conforme o local de implantação e algumas estratégias de projeto, podemos observar que, entre 1950-1965, se consolida, no Recife, uma tipologia de

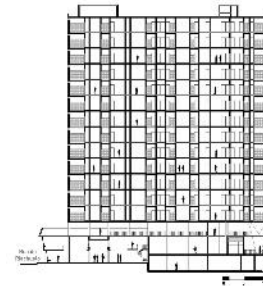
edifício residencial vertical formado de base e torre, numa linguagem modernista ainda com volumes prismáticos regulares e onde a circulação vertical com escada e elevador aparece embutida ou externa à lâmina do andar.

Figura 13: Modelo base-torre do Edif. Walfrido Antunes (1956).



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Digitalização: Adeilton Feitosa.

Figura 14: Corte esquemático da base-torre do Edif. Walfrido Antunes.



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Digitalização: Adeilton Feitosa.

Esse tipo edifício de “torre-base” se consolidou também nos diversos exemplos de empresariais do período localizados na área central da cidade. É o caso, por exemplo, do Edifício Tabira, situado na Av. Conde da Boa Vista, com lojas no térreo e salas na sobreloja, projetado por Hugo Marques em 1957 e que traz uma base comercial com *hall* de acesso aos elevadores aberto para a calçada pública e cujo pé-direito duplo define uma escala urbana ao andar térreo do edifício.

Essa será a tipologia residencial e comercial vertical da emergente metrópole do Recife e do incipiente mercado imobiliário de habitação e espaços comerciais num programa vertical e que visava atender um público de diversos grupos sociais.

Figura 15: Base comercial do Edif. Tabira (1957).
- Proj. Hugo Marques.



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Foto: Adeilton Feitosa.

Figura 16: Térreo, sobreloja e *hall* de acesso, vistos do passeio público da Av. Conde da Boa Vista. Edif. Tabira (1957).



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Foto: Adeilton Feitosa.

Figura 17: Vista do Edif. Tabira (1957).



Fonte: Relatório de Pesquisa: LAPROVITERA (2021). Foto: Adeilton Feitosa.

4 A TIPOLOGIA DOS PAVIMENTOS: BARREIRAS FÍSICAS E SOCIAIS ENTRE PRIVACIDADE E SOCIABILIZAÇÃO

Diante da diversidade social da metrópole do Recife e das estratégias do emergente mercado imobiliário de habitação vertical, o novo programa habitacional em elaboração atendia a uma demanda por apartamentos de diversos tamanhos, sendo uma característica da época mesclar num mesmo pavimento tipologias de 1, 2 e 3 quartos.

Essa característica, ao mesmo tempo social e mercadológica, somada aos requisitos de distinção entre os diversos grupos sociais — agora, não só coabitantes de um mesmo território, mas sim de um mesmo

edifício —, vai requisitar da arquitetura diversos artifícios de projeto, ou, como diz Tapie (2014), “barreiras e filtros físicos, sociais e tecnológicos” que regulem os desejos de identificação, proximidade e distância entre as pessoas ou grupos sociais.

Ao observar os diversos arranjos de plantas dos andares desses edifícios, é possível perceber uma certa tensão entre o caráter coletivo dessa nova experiência de morar e a sempre presente busca por mais privacidade e individualidade de uso dos espaços, tensão essa, aliás, característica da própria experiência do morar em grandes cidades.

Podemos falar em pelo menos três modelos ou tipologias do andar.

TIPO 1: Hall social como CÉLULA-ILHA isolada no andar

Um primeiro modelo ou tipo de arranjo da lâmina (andar) dessa nova forma coletiva e vertical de morar consiste em agrupar uma certa quantidade de apartamentos em subconjuntos menores — geralmente 2 apartamentos — de forma que o *hall* social fique isolado dos outros e não apresentem ligações com a circulação de serviço, que, essa sim, interliga o conjunto total de apartamentos.

Desta forma, a circulação do *hall* social para a escada e elevador de serviço só se faz passando por dentro do apartamento, fato permitido na época, pois ainda não vigorava a legislação de incêndio, que impunha uma “rota de fuga” — chamada *by pass* — obrigatória entre o elevador social e a escada e elevador de serviço.

Essa tipologia impõem uma separação entre a área social e a de serviço, reproduzindo, a nível da forma e função da área comum no andar tipo, o zoneamento funcional e a distinção social tão característica da planta e da cultura do morar pernambucano. Não é por outra que o acesso à área comum de serviço do andar se faz internamente pela área de serviço ou cozinha do apartamento.

Por outro lado, essa individualização do hall social traz para os moradores mais privacidade, e distinção social, fato que repercute comercialmente, indo ao encontro da visão do emergente mercado imobiliário da época.

O conjunto “*hall* social + apartamentos” funciona, portanto, como uma espécie de “célula-ilha” que pode ser replicada indefinidamente no andar.

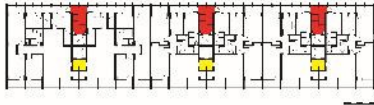
As “células-ilhas” são agrupadas em torno de um conjunto de acesso formado pelo *hall* e elevador social e uma circulação comum dotada de escada e elevador que — em mais um gesto de economia de custos —, além de ser compartilhada por vários apartamentos, tem sua parada do elevador no nível intermediário da escada, condição característica da tipologia habitacional vertical da época.

A forma e natureza do *hall* ou circulação do andar terá uma relação direta com o grau de distinção social do grupo social dos moradores. Ela será tão mais “nobre” quanto mais ela for individualizada e agregar um número mínimo de apartamentos, sendo o paradigma máximo da distinção social, até os dias atuais, o apartamento um por andar. Consequentemente, quanto mais coletiva for a circulação e mais apartamentos ela servir, menos distinção social ela representará.

No Edifício Almirante Barroso (1963), por exemplo, situado na área central do Recife, temos 3 *halls* sociais tipo ilha, independentes e isolados da circulação de serviço, sendo que cada *hall* agrupa dois a dois apartamentos de 2 quartos.

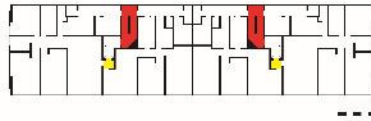
O mesmo acontece nos edifícios da zona sul da cidade, a exemplo do Edifício Acaiaca (1957), onde os dois *halls* sociais isolados conjugam porta com porta apartamentos de 3 e 2 quartos, e do Edif. Barão do Rio Branco (1966), onde temos o mesmo *hall* social isolado da escada de serviço numa tipologia de um apartamento por andar.

Figura 18: Edif. Almirante Barroso (1963). Planta do andar – Proj. Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



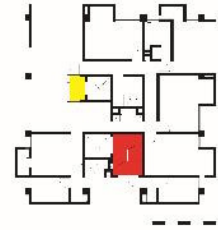
Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 19: Edif. Acaiaca (1957), Planta do andar – Proj. Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 20: Edif. Barão do Rio Branco (1966). 1 apartamento por andar – Proj. Delfim Amorim e Heitor Maia Neto.

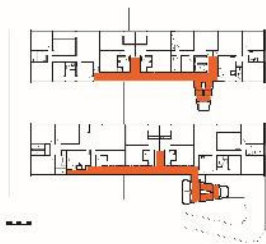


Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

TIPO 2: Circulação única coletiva, central ou periférica

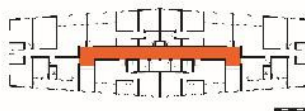
O 2º tipo de organização do andar consiste em agrupar todos os apartamentos em torno de uma única circulação, podendo essa ser centralizada ou situada na periferia do andar. Nessa situação, diferentemente do modelo anterior, não ocorre a individualização de grupos de apartamentos, pois todos encontram-se na mesma situação de acesso. As condições de hierarquização e distinção social no que se refere a tipologia do andar encontram-se, portanto, diminuídas. Nesse modelo, as distinções ocorrem por conta da quantidade de apartamentos dispostos no andar, decisão estratégica na definição de custos e do público alvo do empreendimento.

Figura 21: Edif. Walfrido Antunes (1956). Planta do andar – Proj. Waldecy Pinto.



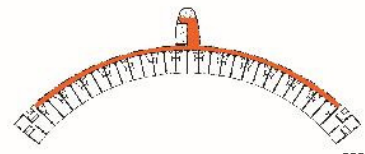
Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 22: Edif. Califórnia (1953). Planta do andar – Proj. Acácio Gil Borsoi.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 23: Edif. Holiday (1956). Planta do andar – Proj. Joaquim Rodrigues.



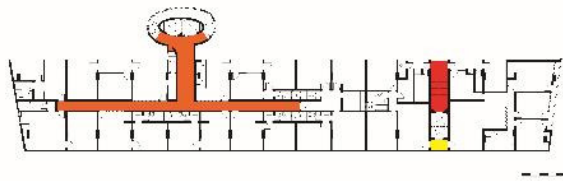
Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Nesse modelo de circulação única, mais característico das tipologias modernistas de habitação coletiva, não existe distinção entre o acesso social e o de serviço. O Edifício Walfrido Antunes (1956), por exemplo, traz numa torre 3 apartamentos de 3 quartos e, na outra torre, 4 apartamentos conjugados porta com porta de 1, 2 e 3 quartos. Já o projeto do Edif. Holiday (1956) organiza num só andar 28 apartamentos kitchenettes e 2 de 2 quartos nas extremidades, todos numa única circulação periférica à lâmina. O Edif. Califórnia (1953) agrupa os 6 apartamentos de 1, 2 e 3 quartos numa única circulação central.

TIPO 3: Solução híbrida: Hall social isolado e circulação coletiva

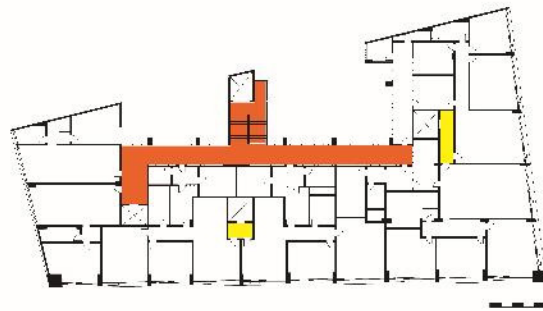
Pode-se falar ainda de um modelo híbrido que associa o modelo tipo célula-ilha de *hall* social isolado com a tipologia do corredor único central. Essa solução aparece diante da necessidade de formar subconjuntos de apartamentos num contexto de apartamentos com tamanhos diferentes, pois pode-se, por exemplo, agrupar apartamentos de 1 e 2 quartos numa circulação única e noutra parte do andar um *hall* social isolado com apartamentos de maior padrão, em geral 3 quartos. O modelo tipo ilha que comentamos acima também dava condição de agrupar unidades diferentes em subconjuntos com padrões distintos.

Figura 24: Edif. Pirapama (1956). Planta do Andar – Proj. Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 25: Edif. Santa Rita (1961). Planta do andar – Proj. Delfim Amorim.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

No Edifício Pirapama (1956), o *hall* social isolado distingue um conjunto de 2 apartamentos com 2 e 3 quartos de outros 8 apartamentos de menor padrão (1 e 2 quartos), enquanto o Edif. Santa Rita dedica os dois *halls* sociais para um conjunto de 3 quartos e, na circulação de serviço a esses apartamentos, incorpora, numa circulação coletiva, dois outros apartamentos de menor padrão, pois com 1 quarto. É visível no caso do Edifício Santa Rita uma situação limite onde a distinção social associada à busca de viabilizar o empreendimento otimizando a oferta de unidades habitacionais segregou os apartamentos kitchenette, cujo acesso ocorre pela circulação de serviço, que serve às unidades de maior padrão tipológico.

Vale anotar que a natureza desses arranjos não se altera caso a circulação vertical com escada e elevador de serviço se localize no interior ou no exterior do andar, variação bastante comum nos edifícios modernistas.

Essas tipologias de planta se reproduzem entre os anos 1950 e 1965, sendo que se percebem alterações a partir do impacto da legislação de 1961 (Lei 7.427/61) — sobretudo no que se refere à alteração do volume prismático dos anos 1950 — e, mais adiante, com as exigências da regulamentação dos bombeiros no que se refere à obrigatoriedade de uma ligação entre o *hall* social e a escada e elevador de serviço.

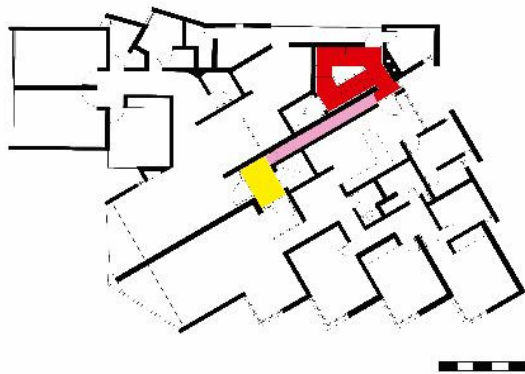
Embora as preocupações com a segurança contra fogo só apareçam no Brasil sobretudo após 1975, com os impactos dos incêndios de grandes proporções dos Edifícios Andraus e Joelma, em São Paulo, e, em Pernambuco, com o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco — Coscip, de 1997, sinais dessas preocupações já aparecem em alguns edifícios a partir de 1965.

É o caso dos Edifícios Mirage e Michelângelo, o primeiro com 2 apartamentos por andar e o segundo com apenas 1 por andar, ambos projetados por Borsoi, em 1964 e 1968, respectivamente, e onde se percebe a presença de uma rota de fuga ligando o *hall* social a escada e elevador de serviço.

Estas situações anunciam, na verdade, o que se tornará o paradigma do arranjo da área comum do andar a partir de então, embora tanto o Edifício Mirage como o Edifício Michelângelo apresentem volumetria que já procura fugir do volume prismático puro característico da primeira fase do modernismo, ainda que mantenham certas características originais, como é o caso da permanência da parada do elevador de serviço no patamar intermediário da escada.

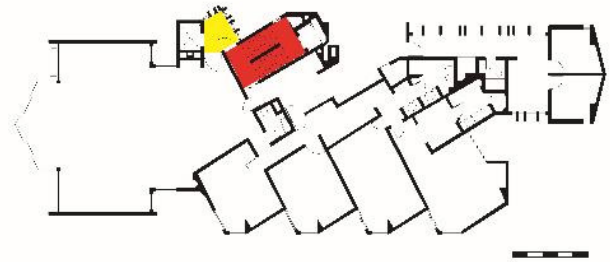
Aparece também nesses exemplos o quarto tipo suíte, anunciando uma tendência dos anos seguintes, primeiro nos apartamentos de alto padrão, mas, logo em seguida, tornado um atributo bastante cobijado por usuários e empreendedores.

Figura 26: Edif. Mirage (1965). Planta do andar – Proj. Acácio Gil Borsoi.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

Figura 27: Edif. Michelângelo (1968). Planta do Andar – Proj. Acácio Gil Borsoi.



Fonte: Relatório de Pesquisa: DINIZ (2023), Fernando; LAPROVITERA, Enio; e FERRAZ, Bruno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformações dessa natureza ocorriam na verdade, de forma simultânea, nas principais metrópoles brasileiras, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde um emergente mercado imobiliário, como mostra Lores (2017), na obra *São Paulo nas Alturas*, construiu obras emblemáticas de Oscar Niemeyer, Franz Heep, David Libeskind, como os edifícios Copan, Itália e Conjunto Nacional, dentre outros.

Figura 28: Edif. Copan (1952). São Paulo – Proj. Oscar Niemeyer.

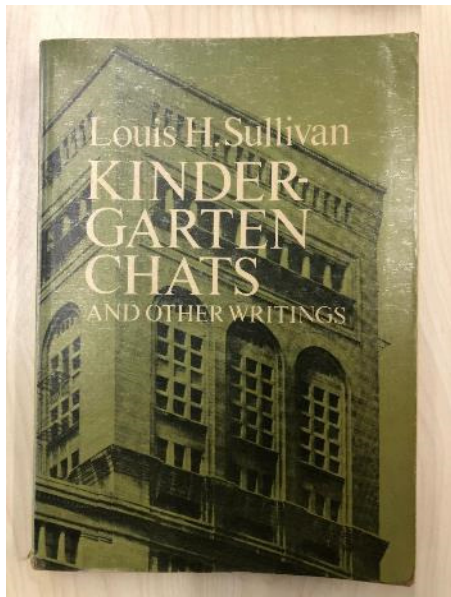


Fonte: Enio Laprovitera.

Esse modelo aparece originalmente na primeira fase da tipologia modernista do arranha-céu americano, tipo esse expresso, inclusive, num texto de 1896, assinado por quem é considerado um dos pais do arranha-céu moderno, o americano Louis Sullivan. Nesse texto, intitulado *The Tall Office Building Artistically Considered*, ao mesmo tempo influenciado e influenciador das experiências dos edifícios americanos, sobretudo de Chicago e Nova York, Sullivan anuncia uma tipologia vertical composta por base com térreo e dois pisos, todos eles acessíveis e permeáveis ao movimento comercial e cultural da cidade, e, acima dessa

base, uma torre de escritórios. O modelo se completa com um subsolo técnico e um andar de coroamento do volume chamado pelo autor de *ático*.

Figura 29: Capa da publicação *Kinder-Garten Chats and Other Writings*. Dover Publications, Inc. New York, de autoria de Louis Sullivan.



Fonte: Sullivan (1979).³

Figura 30: Foto do The Chicago Stock Exchanger, Louis Sullivan, Chicago, 1893-94.



Fonte: Szarkowski (2000).⁴

Na verdade, desde os anos 20 a cultura arquitetônica internacional reflete e faz experimentações sobre o tema da habitação coletiva, tendo como momento de apogeu a construção de uma série de Unidades de Habitação de Le Corbusier na Europa, sendo a primeira construída em 1952 na cidade de Marselha, na França. O edifício de 18 pavimentos com 337 apartamentos de diversos tipos está associado a um conjunto de serviços e equipamentos cuja utopia seria garantir autonomia ao empreendimento, embora, diferentemente do modelo americano — que prioriza o andar térreo com usos para a rua —, a Unité d'Habitation tivesse sido construída sobre pilotis, tendo os serviços e equipamentos incorporados à torre vertical.

No Recife, essa tipologia vertical de uso misto, que valoriza o térreo, se propagou sobretudo na área central da cidade, pois o modelo que se tornará hegemônico será o da torre vertical com térreo elevado destinado ao *playground* dos moradores.

Como desdobramentos para pesquisas futuras, cabe investigar como esse modelo hegemônico originário, ainda sem guaritas e fechamentos no alinhamento do lote e da rua, irá se transformar, a partir de meados dos anos 1980–1990, na atual tipologia dotada de serviços e equipamentos de lazer e de um conjunto de dispositivos de controle e segurança, reforçando a distinção entre as áreas privativas e as de uso público.

Da mesma forma, a base que nos anos 1950 era comercial, nas décadas de 1980 e 1990 será transformada em pavimentos de garagem, em especial a partir da Lei municipal 16.176 de 1996.

Pode-se também investigar outros determinantes para preferência tanto de empreendedores quanto de moradores dos apartamentos de Recife pelo edifício monofuncional sem uso misto. Dois deles podem ser creditados pela mudança de público de empreendimentos de uso misto emblemáticos da cidade, os Edifícios Califórnia e Holiday, que, pensados para um determinado grupo social, foram rapidamente ocupados por um grupo de menor poder econômico. Esses edifícios, com o passar dos anos, passaram a acumular problemas de conservação, dando margem para que se estabelecesse uma rejeição ou mesmo um estigma sobre o tema do edifício residencial de uso comercial no térreo. Outro fator também determinante para o progressivo desaparecimento do edifício de uso misto vem do fato de esses edifícios terem sido construídos em áreas centrais e essas áreas passarem por um radical processo de esvaziamento e declínio econômico, o que resultou numa paralisação na construção de novos empreendimentos desse tipo. O centro do Recife, por exemplo, composto pelos bairros do Recife, Santo

Antônio, São José e Boa Vista, e conforme mostra Silva (2022), que tinha, em 1960, 66.012 habitantes, passa para 42.942 em 1980 e 11.809 moradores em 2000.

Todas essas experiências de construção colocaram os arquitetos numa posição de destaque e prestígio na sociedade recifense, posto que as inovações programáticas e estéticas em matéria de habitação e as inovações tecnológicas a elas associadas eram vistas como provas do exercício da função social da profissão de arquiteto.

De fato, os arquitetos, nesse período, já possuíam um aparelho formador próprio — a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, independente da Escola de Belas Artes — e organizados no departamento pernambucano do IAB-PE, demonstram uma grande capacidade criativa na invenção desse complexo programa habitacional vertical, cuja nova linguagem modernista contribuiu para a definição da imagem da emergente metrópole recifense.

6 REFERÊNCIAS

- BALTAR (2001), Antônio Bezerra - Diretrizes De Um Plano Regional Para O Recife. **Recife:** Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Publicação original de 1951.
- DINIZ (2023), Fernando Moreira; LAPROVITERA, Enio e FERRAZ, Bruno – **O Edifício em Altura no Recife**. 1920 – 2017. Relatório de pesquisa Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.
- LAPROVITERA DA MOTTA (2021), Enio – Relatório de pesquisa. **Os Edifícios passagens de uso misto nos bairros de Stº Antônio e Boa Vista em Recife**. Pesquisa aprovada na PROEXC e no Departamento de Arquitetura (processo nº 23076.062823/2020-85). 2021. Recife: UFPE.
- LORES (2017), Raul Juste – **São Paulo nas Alturas**. A Revolução Modernista da Arquitetura e do Mercado Imobiliário nos Anos 1950 e 1960. São Paulo: Três Estrelas.
- PONTUAL (2001), Virgínia – Uma Cidade e Dois Prefeitos. Narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. **Recife:** Ed. da UFPE.
- SILVA (2022), Francisco. **HABITAR O CENTRO: A Interface entre o uso habitacional e o espaço urbano no bairro de Santo Antônio – Recife**. **Recife:** UFPE, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – PPGDU. Memorial de qualificação de Mestrado.
- SOUZA (1994), Maria Adélia Aparecida de – **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- SULLIVAN (1979), Louis H. - Kinder-Garten Chats and Other Writings. **Nova York:** Dover Publications, Inc. New York. Capa e p.212.
- SZARKOWSKI (2000), John - The Idea of Louis Sullivan. Bulfinch Press. **Little, Brown and Company**. Boston - New York - London. Library of Catalog-in-Publication Data. Original publicado por Minneapolis: University of Press, 1956.
- TAPIE, Guy (2014) – **Sociologie de l'Habitat Contemporain**. Marseille: Editions Parenthèses.

NOTAS

¹ Revista *Acrópole*: FEB 1950, ANO 12, Nº 142. Disponível em <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/142/17>.

² Imagem do Edifício Acaiaca. Disponível em: <https://viajantesemfim.com.br/boa-viagem-alem-da-praia-conhecendo-o-bairro-mais-famoso-de-recife/>. Acesso em: 26 de março de 2024.

³ Capa do livro de Louis H. Sullivan. SULLIVAN (1979), Louis H. - Kinder-Garten Chats and Other Writings. Dover Publications, Inc. New York. Capa e p.212.

⁴ Fonte da Imagem SZARKOWSKI (2000, p. 212). SZARKOWSKI, John - The Idea of Louis Sullivan. Bulfinch Press. Little, Brown and Company. Boston - New York - London. Library of Catalog-in-Publication Data, 2000. Original publicado por Minneapolis: University of Press, 1956.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.